

FALAR DOS CORPOS INDÍGENAS É FALAR DA HISTÓRIA DO BRASIL¹

Raquel Kubeo

raquelramosmao@gmail.com



Indígena que cursa mestrado na UFRGS - Foto: Fabiana Reinholz

“Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram. (...) Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis,

¹Esta entrevista nos foi cedida pela Fabiana Reinholz/Jornal Brasil de Fato do Rio Grande do Sul (Março/2020). Conversamos com a Raquel Kubeo que, também, autorizou a publicação. A Edição foi de Camila Maciel e Katia Marko.

com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. (...) E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela”. Assim descreveu Pedro Vaz de Caminha, ao começar a invasão do Brasil.

Após 521 anos, os corpos indígenas e sua existência seguem sendo resistência, para manter viva sua história. Tido como povos ágrafos (que não é ou não está escrito), atualmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somam 897 mil pessoas de 305 etnias, 448 mil mulheres, que falam 274 línguas indígenas (17,5% não fala português). Sendo a metade da população, as mulheres indígenas são atravessadas pelas violências que todas as mulheres passam. Segundo a ONU, em um relatório divulgado há uma década, as mulheres indígenas têm mais chances de ser estupradas que outras mulheres, sendo que mais de uma em cada três mulheres indígenas são estupradas ao longo da vida.

Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, revelou que entre 2007 e 2017, foram registradas 8.221 notificações de casos de violência contra mulheres indígenas, a maioria entre 10 e 19 anos. Em dois terços dos casos, o agressor não é uma pessoa próxima da família. Somam-se a essas violências o preconceito, racismo, assédio e a invisibilidade dessas mulheres, desse povo, que luta constantemente por suas terras e que no contexto político atual, com a liberação e o aval dado pelo presidente Jair Bolsonaro para exploração dos territórios indígenas, ficou mais complicado.

Em uma tarde de sol, dentro do campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o **Brasil de Fato RS/por Fabiana Renholz** conversou com a estudante Raquel Kubeo, sobre sua vida, a luta indígena, apropriação cultural e a cultura indígena. Natural do Amazonas, filha de mãe descendente dos Tukanos e Kubeos, ressalta a existência desse corpo político, que ora se pinta ou não, de urucum, jenipapo.

“Falar dos corpos indígenas é falar da história do Brasil, dos corpos das mulheres no Brasil e da miscigenação, que é falada como uma coisa até romantizada. (...) Viam as mulheres indígenas, ao mesmo tempo que chamaram nosso corpo de vergonha, dessa nudez, tinha-se a imagem do indígena inocente e ingênuo, das mulheres indígenas enquanto ingênuas também” (KUBEO).

P- Gostaríamos que tu nos contasses um pouco da tua história?

R - Meu nome civil é Raquel Rodrigues, me identifico como Raquel Kubeo. Kubeo vem da minha etnia de origem. Muitos de nós indígenas costumamos usar o nome da etnia junto com o nome, em vez de outros sobrenomes, muitas vezes imposto pela própria história da colonização e que nos obriga a adotar um sobrenome português ou espanhol. Sou de Manaus, Amazonas, nasci lá.

Minha família, que por parte de mãe é indígena, tem origem na terra indígena de Querari, em São Gabriel da Cachoeira, fronteira com a Colômbia. Minha mãe, aos 16 anos, mudou para a cidade, saiu do Interior, da terra indígena, em busca de melhores condições de vida. Quem mora, por exemplo, no Amazonas, em determinadas áreas como é a aldeia da minha mãe, fica em local muito afastado da cidade, com menos recursos e qualidade de vida e saúde. As terras indígenas desde a década de 1980 já tinham escassez e descaso do poder público. A minha mãe foi em busca de estudo, de trabalho, foi sozinha, teve o suporte de uma prima, de família, mas no geral ela estava sozinha.

Meu pai é descendente, mas não pertence a nenhuma etnia. Me reconheci enquanto indígena pela etnia da minha mãe, porque também foi por ela que eu fui criada, por conta do abandono parental. Essa minha identidade eu fortaleci através da criação materna, minha mãe é descendente dos povos do Amazonas Tukano e Kubeo.

Muito da minha trajetória de vida até aqui se parece com a trajetória da minha mãe, que como mulher indígena, por sua vez me lembra muito a história do filme Roma da Netflix, por conta da subalternização das pessoas indígenas e condições de trabalho enquanto empregadas domésticas. Muito do que eu vejo hoje se compara a uma escravidão, uma escravidão do século 21, em que muitas mulheres indígenas continuam indo para a cidade trabalhar em casa de pessoas ricas ou pessoas de classe média, mas com pouco acesso aos direitos e à escolarização.

O caso da minha mãe não é isolado. Vejo que há gente da minha geração, como o caso de uma outra mulher que eu conheço, uma liderança de Manaus, Vanda Ortega Witoto, que conta que quando saiu da sua terra indígena e foi para Manaus passou muitas vezes por essas condições de escravidão e teve que sair do trabalho, pois não possibilitava que ela estudasse.

A minha geração está nessa transição, de negação dos direitos e do poder público e o acesso à universidade por meio das cotas. Fui estudante ProUni também em Manaus, estudei Pedagogia, e hoje faço mestrado em Educação, com ênfase em pesquisa na Educação Inclusiva, uma área nova na questão da educação indígena, aqui na Faculdade de Educação da UFRGS.

Tenho três irmãos, dois homens, e a irmã mais velha, sou a segunda filha.

Eles continuam em Manaus, a minha irmã também se formou em Pedagogia e os meus dois irmãos estudam Artes Visuais, estão se formando pela Universidade Federal do Amazonas.

P - Quando vocês nascem já tem que ter um registro com esse nome?

R - O registro é algo mais complicado. É recente uma criança indígena, por exemplo, ao nascer, conseguir usar o nome indígena, o nome da etnia ou o primeiro nome como nome indígena. Normalmente tem nomes como o meu,



Foto: Fabiana Reinholz

não indígena, e o nome indígena que ainda não é aceito pela sociedade civil, pela lei. Agora, as pessoas mais velhas estão fazendo essa retomada do nome. Há toda uma burocracia para se alterar o nome e acrescentar o nome da etnia nos documentos. Normalmente se tem segundo nome que é nome indígena, mas o primeiro ainda continua sendo o nome civil.

Tenho um nome Kaingang que a Iracema Nascimento, da etnia Kaingang, aqui de Porto Alegre me deu, mas eu continuo usando Raquel que é o nome que a minha família escolheu.

P - Poderia nos falar um pouco das conquistas e retrocessos da população indígena?

R - Estamos vivendo um retrocesso, em que todos os direitos que conquistamos estão ameaçados. O Brasil todo é um território indígena, e com a invasão, a colonização portuguesa, espanhola e as invasões de outros países, nós, indígenas, fomos um dos mais prejudicados.

Pela lei, temos direito a essa terra, mas com o próprio presidente autorizando invasões, as tornando legais para o garimpo e para o minério, temos um genocídio. Continuam os assassinatos coletivos, principalmente de crianças, prostituição, tráfico humano, tráfico por conta da prostituição e o tráfico enquanto exploração de mão de obra. Isso porque veem nas aldeias potencial mão de obra exploratória, isso que nem temos mais o Ministério do Trabalho, por exemplo. Não tem como separar um ser indígena, as lutas indígenas, das lutas que estamos tendo em outros campos, como da educação, da saúde, dos direitos humanos, principalmente.

P - Principalmente na Amazônia, onde está se vivendo praticamente uma guerra, e que não sabemos exatamente o que está acontecendo. A política do presidente se mostrando, como tu apontastes, querendo explorar cada vez mais e liberando essa exploração.



Foto: Fabiana Reinholz

R - Quando falamos da Amazônia, ela abrange outros países além do Brasil, outros estados além do Amazonas, e se formos perceber a maior área de conservação ainda é a área da Amazônia brasileira. Quando se fala dos

povos originários do Brasil, e das maiores concentrações de terras indígenas reconhecidas pela lei, que são demarcadas, estão nesse território. Eu penso que, ao mesmo tempo é um jogo político que tem ainda sobre essas terras que não foram, do ponto de vista capitalista, exploradas, e que agora estão ali para serem exploradas e para servirem aos interesses de empresários, da indústria. Por exemplo, em Manaus, há a Zona Franca, que é um império de indústrias que não são brasileiras, mas multinacionais, estrangeiras, e que não geram recursos propriamente para o Brasil, e sim mão de obra barata e degradação do meio ambiente.



Foto: Fabiana Reinholz

As lutas que viemos travando desde 1500, é uma guerra. Pessoas que lutaram antes de mim, que lutaram na geração da minha mãe, dos meus avós, são lutas que só vamos continuando, muitas vezes elas só mudam de nome. São guerras justas, como afirmam Edson Kayapó, historiador indígena, também Sônia Guajajara, Ailton Krenak. É um discurso que o movimento indígena vem

repetindo sempre as mesmas coisas, porque é aquilo que está nos afligindo desde sempre.

Além da Amazônia, essa guerra está no resto do país. Em São Paulo, por exemplo, uma cidade que quase não tem áreas verdes, há algumas semanas foi uma guarda armada, tropa de choque para cima de um grupo de pessoas indígenas remanescentes. Eles estavam em um território mínimo que usavam para plantar, sobreviver, para manter o nosso estilo de vida, a nossa cultura. Cultura que é milenar, que vem muito antes de qualquer invasão na América do Sul, na América Latina.

Estamos ali defendendo um território mínimo, mas São Paulo precisa se desenvolver, fazer o progresso ali com mais prédios, como se não bastasse a selva de pedra já existente. Precisa destruir, desmatar outro território que ainda tinha uma área de conservação, que pela lei não existe, e então está ali para ser explorada. É uma guerra covarde, injusta, e a polícia também é usada como um instrumento de repressão contra nós, contra indígenas, quilombolas que lutam pelos direitos humanos, contra professores, e nisso também a guerra do tráfico, tudo está interligado.

P - E quando são expulsas desses locais, de suas terras, elas migram, por exemplo, para morros, periferia...

R - As pessoas que foram para os morros, além de descendentes das escravizadas negras, são descendentes das escravizadas indígenas. Assim como eu te conto esse processo de subalternização dos trabalhadores hoje, há a continuação da escravidão. Como Ailton Krenak afirma, é um equívoco dizermos que as pessoas indígenas não foram escravizadas, por pelos menos 200 anos desde a invasão portuguesa no Brasil, fomos mão de obra também.

Vejo que muitos indígenas que tiveram suas terras negadas foram parar nas periferias. É uma trajetória histórica, onde a minha família também foi parar em uma periferia, eu fui criada em uma periferia. Ao mesmo tempo conseguimos fazer a resistência cultural, étnica em um contexto desses, apesar do apagamento histórico.

Há um outro elemento, muitas pessoas, como meu pai, que não tem esse pertencimento étnico, como também acontece com grupos negros e outros grupos que olhamos o fenótipo, mas que já não conseguimos definir qual é a história realmente dessa pessoa.

Hoje é muito forte a busca por essa identidade. Há pessoas que não sabem mais a sua etnia, não sabem mais de que grupo vieram. É triste ver que tem pessoas descendentes de negros escravizados que também já não tem mais esse

contato com a própria ancestralidade. A ancestralidade virou uma questão de apropriação cultural. As pessoas que tiveram esse apagamento histórico não têm acesso à própria história. Até mesmo enquanto revolução na América Latina, o Brasil se encontra perdido nessa identidade cultural, de descendentes de povos indígenas.

P - E como foi para ti ser criada em uma periferia, em Manaus. Tu tinhas contato com a etnia da tua mãe? Como conseguiu manter essa consciência da tua ancestralidade?

R - Nós, povos indígenas, até quando equipes de Universidades vem pesquisar, somos conhecidos como povos agrafos, que não registravam, seja por meio de livro, por meio de outros escritos, mas que temos a oralidade muito forte. É interessante que, apesar de toda a repressão que sofremos historicamente, de silenciamento, da negação da nossa própria língua, eu, por exemplo, não aprendi a língua Tukano, não aprendi nenhengatu, porque houve uma imposição religiosa das missões católicas nos territórios indígenas. Vemos recentemente muito mais forte as igrejas neopentecostais presentes nos nossos territórios, assim como nos bairros de periferia.

Mas apesar desse apagamento, não podemos apagar quem somos, até mesmo por conta desse fenótipo, aquilo que chamamos de cara de índia. A Eliane Potiguara: “O que eu faço com essa minha cara de índia?” Eu, por ser diferente, fui muito apontada. Isso leva a uma reflexão também, de que não precisava ninguém dizer que eu era índia, porque sabia desde criança, nós sabemos, de onde viemos, de onde vieram os nossos antepassados, muitos sabem que se dividem em etnias, em clãs.

Essa tradição oral, até mesmo a medicina tradicional, recebi da minha mãe, através de histórias que ela contava e conta, através dos relatos do lugar que ela morava, de onde viemos. Dá para perceber que não era, por exemplo, uma tradição ocidental, uma tradição de uma família alemã, italiana, e sim uma tradição de uma família indígena.

Em Manaus é muito forte as pessoas não se reconhecerem enquanto indígenas, mas terem as tradições culturais indígenas, desde as palavras. Por exemplo, lá não chama de aipim, mas de macaxeira. Usamos também, muito forte, no dia a dia, palavras como Baré, que é uma etnia, e que vai estar em nome de loja, no palavrado, vai existir como gíria. As próprias festas têm origem na cultura indígena.

Hoje em dia, até para reconhecer uma pessoa enquanto indígena, pela lei, tem que ser reconhecida pela Funai. Eu lembro quando era criança minha mãe possuía esse tipo de documento. Mas pelo preconceito, pelo racismo que

se sofre na cidade, muitas pessoas escolheram não falar sobre isso, não falar tão abertamente sobre a própria identidade, a própria etnia. Darcy Ribeiro fala que o Brasil teve todo esse plano de integração das pessoas enquanto civilização, ele trata disso em “Índios e a Civilização”. Em um relatório, acredito que da ONU, em que era para ele falar sobre como que foi essa integração, de como as pessoas deixaram de ser indígenas e passaram a pertencer a essa sociedade, ele não escreve isso, ele escreve, existe essa sociedade, que existe os grupos indígenas e que eles não deixaram de ser indígenas. Apesar de toda essa opressão sofrida na minha família, ela não deixou de ser indígena.

P - A Sônia Guajajara, em uma conversa informal, falou sobre o machismo dentro dos povos indígenas, de como é forte a questão da cultura machista, e a dificuldade que ela teve de ser aceita como uma liderança dentro do seu povo.

R - O próprio machismo enquanto consequência do patriarcado, que é uma coisa bem maior, eu vejo que é influência da cultura branca, da cultura ocidental, de ter representantes homens, por exemplo. Quando essa colonização entrou em contato com os povos indígenas, quando iam tratar de assuntos que chamamos de diplomáticas, por exemplo, de lideranças, não queriam falar com mulheres, queriam falar com os homens da aldeia.

O machismo é influência dessa cultura que ensina desde criança, que vai introjetando que os homens são superiores às mulheres, que os homens que serão as lideranças, serão presidentes. A Sônia Guajajara, por exemplo, foi uma candidata a vice-presidente na chapa com o Guilherme Boulos.

Vejo também que não adianta a imposição, vir com essas regras, essas leis que são impostas porque temos coisas que são naturais nossas. Se chegarmos nos territórios vamos ver que é muito mais forte a atuação das mulheres na resistência. Apesar de sofrer, apesar de estarmos sendo assassinados, conseguimos manter essa tradição.

Quando havia as guerras, em que muitos homens eram assassinados, quem continuava ali nas aldeias eram as mulheres, que sustentavam, que plantavam. São elas que entendem da medicina, da semente, da educação. Quando falamos de roça, por exemplo, não é uma coisa simples, entender de semente, de plantas, ervas, não é uma coisa simples, e tem muita coisa que conseguimos guardar, nem tudo saímos falando para as pessoas não indígenas, porque são tradições que são sagradas para nós.

Temos essa resistência até hoje muito por isso. Ano passado, em Brasília, aconteceu a primeira Marcha das Mulheres Indígenas, mulheres que nunca tinham saído do seu território foram até lá, independente de serem reconhecidas

enquanto cacicas, ou serem reconhecidas enquanto qualquer outro nome.

Aqui em Porto Alegre tem atuação muito forte de mulheres, como a Alice Martins, Guarani, da ocupação Baronesa, uma liderança forte, ou a Iracema Nascimento, que aqui na UFRGS é também uma professora. Pode não ter nenhum título que a universidade exige, mas já ensinou muita gente, muitas pesquisas aconteceram porque a Iracema dispôs do conhecimento dela que é de várias gerações anteriores.

E essa questão do machismo vejo que é importante voltarmos a essa ancestralidade, a essência do que é a coletividade, a nossa vida, de que não podemos nos deixar contaminar por tudo aquilo que é capitalismo, patriarcado, poder. Falamos que o dinheiro não vamos comer, que não é o dinheiro que ressuscitará o rio, que foi que aconteceu com a tragédia, o assassinato do rio Doce também no território Krenak. O dinheiro dá essa ilusão de que pode tudo, de que pode matar um rio e depois ressuscitá-lo, de que pode derrubar uma floresta inteira e depois pode replantar as próprias árvores, que estão aí há muito tempo,

há muitos milênios, um rio não deixa de ser um parente nosso, não deixa de fazer parte da mãe que é essa natureza. Então uma sociedade ocidental, uma sociedade que visa o capitalismo, que visa essa imposição do patriarcado nunca vai compreender o que é uma cosmologia indígena, o que é na prática ter essa



Foto: Fabiana Reinholz

relação daquilo que não se separa.

Não se separa o ser que eu sou dos parentes, que podem ser de uma etnia diferente da minha, mas que faz parte de mim. Vemos que a frustração que acontece quando as pessoas não têm essa felicidade que o dinheiro, que a riqueza, que o poder promete. Tem tanta gente que está em depressão porque a própria sociedade está deixando todo mundo doente, aqueles que não estão sendo assassinados, estão morrendo aos poucos por tantas doenças que esse estilo de vida colocou.

P - O próprio Krenak fala que o mundo precisa de menos desenvolvimento e mais envolvimento... Como tu, mulher indígena, enxergas essa relação com a natureza, diferente, por exemplo, de uma mulher branca que foi criada na cidade?

R - Nós vemos as mulheres como começo de tudo, não dá para vir ao mundo se não for através do ventre de uma mulher. Essa relação com a terra está diretamente relacionada. As nossas veias do corpo podem ser comparadas, na natureza, com as raízes, que é onde as árvores se firmam. Se observarmos cada parte do nosso corpo tem algo semelhante com a natureza. Esse jeito de se envolver com a natureza, que o Krenak fala, é muito mais do que uma relação de objetos. Ao lidar com um animal não estamos lidando com um objeto, ao lidar com outra pessoa não estamos lidando com um objeto, estamos lidando com coisas sagradas.

Tem culturas, do alto Rio Negro, que fala que a gente também pode ser um animal, um animal que está ali passando, por exemplo, pode ser um parente nosso que está naquele animal. Por isso que quando caçamos, por exemplo, tem-se esse respeito de pedir licença ao entrar numa floresta, na mata ou no rio, porque aquilo também não é nosso. Acredito que é uma relação, não de

desapego, mas de amor e reciprocidade por aquilo, por um ser, pela própria existência. Eu não conseguiria explicar isso para ti em um texto só, em uma frase, em uma palavra dizer o que é toda essa coexistência. Mas acredito que é a maneira como enxergamos o outro e a outra.

A psicologia ocidental vai falar em egoísmo, em egocentrismo e tantas outras coisas, se eu fosse falar nessa linguagem tão ocidental, acredito que é uma relação de abertura e não de egoísmo, egocentrismo.

P - O que a mulher indígena tem a ensinar para a mulher branca nessa relação com o mundo?

R - Nós convivendo aqui, acho que já é uma relação de proximidade. Não seria uma relação, por exemplo, de ensinar daquele modo pedagógico que conhecemos, eu vou sentar aqui contigo e vou te explicar várias coisas. Acho que a primeira coisa é se aproximar, e a partir dessa aproximação vamos conseguir estabelecer um diálogo, estabelecer até mesmo coisas práticas.

Estava brincando esses tempos com umas amigas que são indígenas também, temos o costume de sentar no pátio e simplesmente trançar o cabelo uma da outra, ou até como falamos, catar a cabeça. Isso é um afago também, um afeto. Acredito que essa afetividade, essa correlação de irmãos, que é o que chamam de sororidade, nós já fazíamos há muito tempo.

Eu acredito que o que temos a ensinar é essa proximidade de parentas, daquilo que já fazemos com as nossas irmãs, tias. Temos essa ideia de que cada uma exerce uma função, e de que aquilo é importante. Cada uma de nós aqui é importante, independente de títulos, independente daquilo que eu faço ou deixo de fazer, ou o salário que recebo ou não.

P - E quanto ao feminismo?

R - Eu vejo que quando falamos de feminismo, as próprias pessoas brancas ou negras, cada uma tem um jeito de lutar por coisas que melhorem a qualidade de vida da mulher, para que a mulher possa ser escutada. Nós, mulheres indígenas, aqui no Brasil não falamos em um movimento feminista indígena, mas são coisas que cada uma está lutando, dependendo do seu contexto. Mulheres não

indígenas, mulheres no mercado de trabalho vão estar lutando por igualdade de salário, nós indígenas, ainda nem estamos todas, por exemplo, no mercado

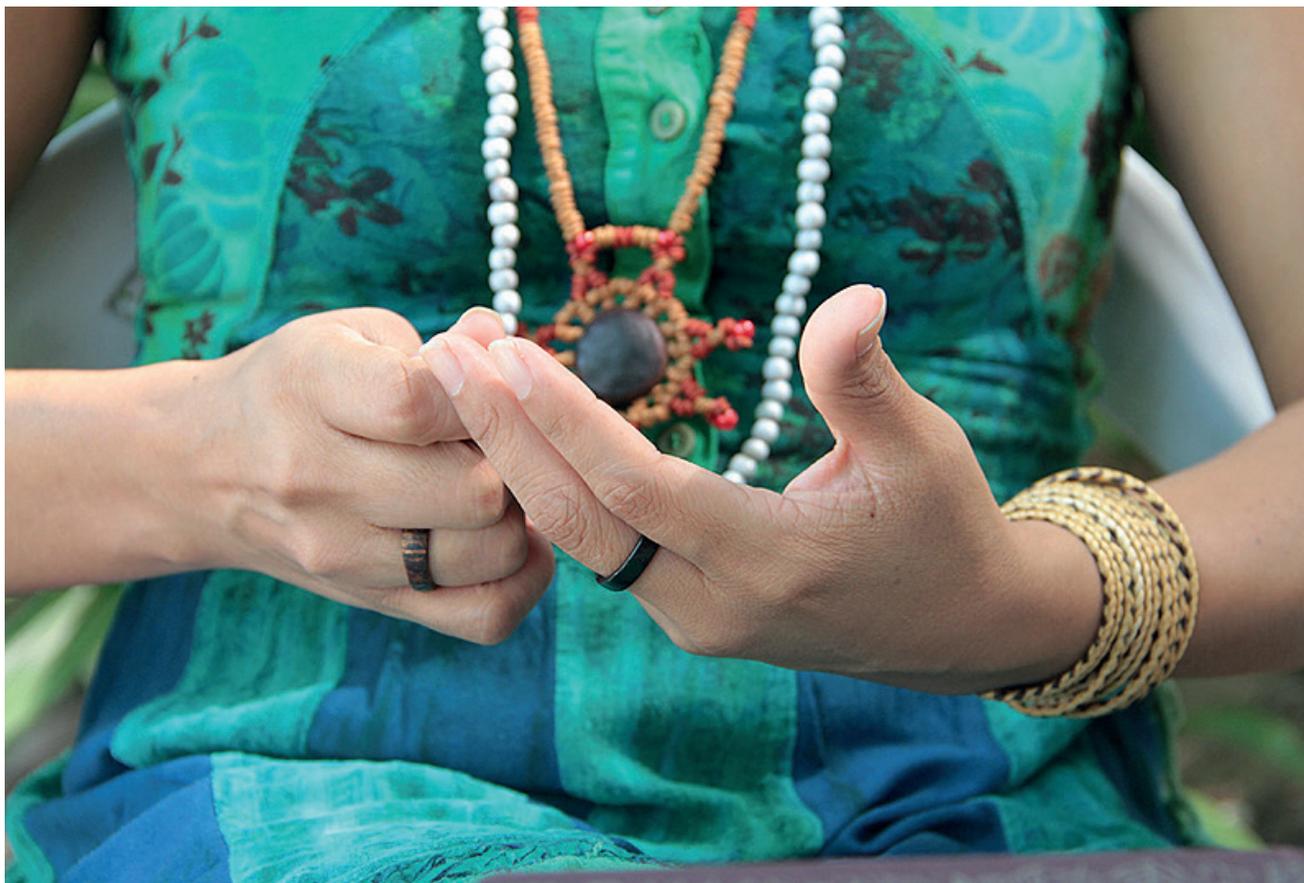


Foto: Fabiana Reinholz

de trabalho, ou reconhecidas enquanto artistas, enquanto educadoras, enquanto referências acadêmicas, nem nós mulheres indígenas, nem os homens indígenas.

E nos territórios indígenas as mulheres e os homens estão de mãos dadas com as crianças, com os anciãos. No Jaraguá, por exemplo, estavam todos ali lutando pelo território, aqui no Rio Grande do Sul, estamos tendo a retomada em Canela, reconhecida por uma referência europeia e nunca se fala da presença indígena lá. Homens e mulheres indígenas estão lutando para poder ter a sua

casa, o seu território sagrado, que era dos seus antepassados.

Então eu vejo que o feminismo enquanto essa busca de direitos, vimos buscando da nossa maneira, esses direitos, que não impõe querer, por exemplo, ser cacique ou ser cacica, é muito mais além disso. São peculiaridades que temos que enxergar.

Vejo muitas vezes que esse feminismo não abraça, não tem essa proximidade com as mulheres negras, com as mulheres trans, com as mulheres indígenas. Acho que tem que repensar de que maneira se está lutando de verdade, ou se é só um discurso de rede social. Vejo que muita gente se diz amigo, apoiador da causa indígena, que faz um tweet, algum comentário, abraça alguma liderança, mas que na prática isso não mudou a nossa vida. A Kaê Guajajara, cantora indígena, fala “são tantas homenagens, mas nenhuma que muda a minha vida”. Infelizmente é isso. Falta essa proximidade, falta esse reconhecer as peculiaridades da própria cultura indígena, independente do espaço, seja na escola, no ambiente de trabalho, na universidade.

P - A questão do preconceito dentro da Universidade, tu sentes no teu dia a dia?

R - Eu já vi muitas coisas que foram tristes e também situações constrangedoras. De como as pessoas não nos conhecem enquanto indígenas e dentro da Universidade nem os professores. Aconteceu com colegas meus de, por exemplo, chegar na sala pintado, porque nós temos a tinta de jenipapo que demora pelo menos sete dias para sair. Uma coisa que a Universidade não reconhece é que não somos só estudantes, não estamos aqui só para estudar, estamos aqui para conseguir o nosso espaço, e ao mesmo tempo estamos fazendo um protesto na rua, ou estamos indo para uma Assembleia Legislativa, ou fazendo um ritual em casa, com a família. Muitas vezes estamos pintados, não porque viemos pintados para a Universidade como uma maquiagem, como qualquer acessório estético, mas são marcas de luta mesmo. Eu vejo que a própria ignorância dos professores, por exemplo, de não deixar que uma estudante entrasse em sala porque estava pintada.

Falamos em direitos humanos, mas os próprios direitos são negados para aqueles que mais precisam, como nós. E eu vejo que a própria Universidade não conhece o seu estudante. Quando chegamos na universidade o primeiro impacto que temos é ter que aprender todas as literaturas científicas da educação, por exemplo, que é a minha área. Só que muitas vezes esse autor não está dizendo nada para mim. Aí vem o fato de como a universidade não conhece os educadores indígenas, os pesquisadores indígenas, não estamos nas referências, por exemplo. No máximo vamos encontrar Davi Kopenawa, Ailton Krenak, Daniel

Munduruku, mas eles são da década bem recente, década de 1980 e 1990.

É recente essa conquista dos direitos e ela se reflete na universidade por desconhecer as peculiaridades. E o fato de nossos colegas serem preconceituosos também. A universidade é um ambiente bem hostil, eu não vou mentir, dizer que é tranquilo conviver. Fazer a interculturalidade, é muito bonito no papel, mas na prática não é assim, é todo dia uma luta diferente. O que mais fere é essa invisibilidade, esse não reconhecimento, essa falta de proximidade com a gente. É muito comum quando alguém nos aborda, tratar com aquele estereótipo: “Tu moras na aldeia, os nossos conhecimentos são diferentes, tu vais ter que me ensinar alguma coisa”. Ainda assim é aquele tratamento enquanto objeto, muitas vezes objeto de pesquisa. É muito fácil encontrarmos uns 10 mil artigos falando sobre a nossa cultura, mas quando estamos aqui conversando, por exemplo, as pessoas não sabem lidar, não sabem conversar, não sabem ouvir principalmente.

P - Como tu avalia a questão da apropriação cultural pelos não indígenas? Vimos durante o Carnaval em São Paulo a polêmica em relação à atriz Alessandra Negrini...

R - A questão da apropriação cultural se formos pensar não é uma questão individual, de alguém usar um acessório indígena, ou de usar um cocar simplesmente. Como falei, o nosso fenótipo, o nosso rosto, o nosso corpo, ele é um corpo político, um corpo negro é um corpo político, um corpo trans é um corpo político. Tem muita diferença quando uma pessoa indígena está usando da sua pintura, usando de um cocar. Muitos indígenas não andam pintados, isso também é um estereótipo, hoje por exemplo eu não estou com nenhuma pintura, não andamos todo tempo assim, tem momentos.

Essa apropriação cultural não é individual, mas é um movimento de uma sociedade. No momento em que uma pessoa branca está usando como estética, como acessório, isso movimenta um mercado, por exemplo, movimenta uma venda em grande número de penas, no carnaval, por exemplo. Podemos ver que é muito forte a referência, de um grande acessório de penas, de plumagem, de arte plumária, com referências indígenas. Isso seria uma apropriação cultural porque essa referência está sendo usada com fins estéticos e fins enquanto acessório, enquanto folclore. Porque as nossas histórias, a nossa Cultura... não somos seres místicos, nem seres folclóricos, somos seres humanos, seres políticos, seres que estamos aqui vivos e resistentes e nessa resistência.

No momento que acontece essa apropriação cultural, em um movimento dessa sociedade capitalista, isso destoa daquilo que é a nossa finalidade. São questões muito complexas de explicar.

A Alessandra Negrini, até a própria Sônia Guajajara colocou que ela é

uma apoiadora, então ela estava com lideranças indígenas. A gente pode fazer protesto de maneiras diferentes? Pode, só que daí a gente precisa encontrar, principalmente os não indígenas, maneiras eficazes de protestar, ou de que aquilo tenha um impacto na luta.

Por exemplo, no caso Jaraguá, que aconteceu a reintegração de posse. Quem estava na linha de frente defendendo o território eram indígenas. Até a presença da Alessandra Negrini foi questionada, se ela estava apoiando lá ela tem que apoiar aqui. Eu vejo que esse movimento de protesto, de apoio, não pode ser uma coisa isolada, de acontecer no momento esporádico, ou como midiático; isso também não deixa de ser uma apropriação, para pessoas brancas com acessórios indígenas aparecerem na mídia é uma coisa vendável.

Agora eu, ou qualquer outra mulher indígena não vai aparecer, por exemplo, numa capa de revista, ou enquanto referência de beleza. A referência de beleza é uma estética branca, uma estética padronizada, até uma estética de cirurgias plásticas, de modificações do próprio corpo. O espaço das mulheres negras agora temos visto que já tem sido maior do que indígenas, mas quanto indígenas ainda estamos invisibilizadas se formos ver isso, no cinema, na TV. Nós consumimos esses produtos também, nós consumimos a mídia, nós consumimos as redes sociais, mas não temos essa representatividade lá. Não temos atrizes, por exemplo, eu trabalho com teatro e com audiovisual também e vejo que há uma ausência.

Eu lembro quando era criança de não ver nenhuma indígena na TV e de que a gente acaba se achando até mesmo feia ou achando que tem que comprar também essa estética branca, e de que a gente cresce pensando que isso nunca vai acontecer.

Ano retrasado quando teve o filme Roma foi a primeira vez que uma indígena Yaliza Aparici foi indicada a um Oscar, e que apareceu no telão, que apareceu mundialmente, e ela foi muito rechaçada, sofreu preconceito, racismo.

No Brasil não temos ainda esse impacto, nem no cinema, nem por trás das câmeras, não temos esse reconhecimento dos cineastas e das cineastas indígenas, como estamos falando desse papel da mulher. Mas nós temos a Graci Guarani que foi no festival de Berlim, acompanhada com outras mulheres indígenas e tiveram essa representatividade, mas que não apareceu em nenhum canal de notícias de sinal aberto, esses mais conhecidos, apareceu em alguns perfis, no perfil pessoal dela, mas não teve esse impacto para a sociedade.

P - Falando disso, tem havido uma maior organização dos povos indígenas, seja a partir da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) ou do investimento na comunicação produzida por vocês, como a Mídia

Índia. Do mesmo jeito que tem uma repressão maior, os povos indígenas também estão conseguindo ter uma maior organização e visibilidade?

R - São instrumentos de luta também. Eu vejo que tudo a gente ressignifica. Quando falamos em apropriação cultural é muito comum as pessoas falarem, ah, mas essa pessoa não é mais indígena, não é índia, como falam da própria Sônia Guajajara porque tem iPhone. E usamos como instrumento para responder também, sim, usamos iPhone, usamos a tecnologia porque até a própria ideia de tecnologia as pessoas têm equivocada, as tecnologias são feitas para sociedade no geral.

Fazemos parte desse mundo, dessa globalização, estamos nesse movimento também e fazemos uso das tecnologias, de redes sociais, usamos para nos comunicarmos, fazer os nossos relatos. É muito diferente de quando ia alguém fazer registros da gente, e fazer narrativas do jeito deles. Queremos fazer as nossas narrativas, de nós por nós, estamos em todas as áreas, educação, literatura, comunicação. Temos comunicadores indígenas, a Mídia Índia que tem sido muito forte, com notícias e informações simultâneas, e nós também estamos nessa linguagem do instantâneo. São pessoas indígenas usando dessas ferramentas. Quando falamos em apropriação cultural não dá para aplicar à tecnologia usada pelos indígenas, não vamos deixar de ser indígenas por conta desse uso.

A pessoa que inventou uma máquina fotográfica, filmadora, para fazer isso não foi escravizada nesse contexto. Usamos essa tecnologia porque são bens que estão a favor, a serviço de uma humanidade, não nos separamos dessa humanidade, estamos juntos. O que vemos é a segregação que não parte de nós, parte desse padrão branco de sociedade.

Está crescendo e vai crescer cada vez mais, porque as gerações assim como as gerações que falam de Y, Z, isso não afeta só os não-indígenas, não afeta só uma parte da sociedade, isso nos afeta também. Então ao passo que cada vez mais temos contato com essas tecnologias de mídia, tecnologia de audiovisual, celular, principalmente, as crianças já sabem manusear melhor do que muitos adultos, as crianças indígenas também já estão crescendo nesse contexto. Não estamos isolados, existem comunidades isoladas sim, mas nós que estamos em contato com os brancos há 520 anos como não seríamos afetados por isso? Assim como aprendemos o português, a linguagem dos brancos, aprendemos a linguagem do audiovisual, do cinema, da TV, a linguagem fotográfica, são vários tipos de linguagem. Nós temos esse contato e temos essa capacidade.

Dizer que não podemos usar esta tecnologia é um tipo de racismo também, porque isso está pregando uma inferioridade enquanto ser humano.

Somos diferentes nos nossos fenótipos, racializados diferentes, mas nós somos iguais nas capacidades, nas inteligências.

Eu trabalho com Educação Inclusiva e cansei de escutar que não tem pessoas com deficiência, crianças com autismo, por exemplo, que é o que trata a minha pesquisa, nos povos indígenas. Eu vejo que são demandas recentes para nós também porque não tratamos, por exemplo, uma pessoa com deficiência com essa diferença que a sociedade ocidental trata, vamos tratar igualmente, sem



Foto: Fabiana Reinholz

essa inferiorização que a sociedade impõe, a toda essa hierarquia. Não deixa de ser um racismo às vezes velado.

P - Essa questão da criança, tu como educadora, tem uma diferença no tratamento da criança nos povos indígenas. Tem todo um respeito

pela infância que é, diferente, de alguma forma da civilização branca. Tu consegues levar essa visão para a Universidade?

R - Estou buscando estratégias de fazer essa tessitura. Não vou ver o modelo de educação indígena superior à educação, porque a própria história da educação é uma história que vem vindo com contribuição de várias pessoas e também de mulheres educadoras. A educação indígena também está ali para contribuir, colaborar com essa forma de enxergar a educação no século 21. Podemos agregar as tecnologias.

Isso vem até no meu modo de lidar com as crianças. A sociedade às vezes coloca uma infantilização nos programas de TV, nos desenhos animados, uma infantilização, que até mesmo ignora essa capacidade de linguagem da criança, de que podemos conversar e a criança vai entender. De que na educação indígena, nessa educação que é recebida diretamente das mães, e a participação de outros da comunidade, na família, em que crescemos independente de expressões como “ah isso não é coisa para criança”, na questão limitadora de inteligência. As crianças crescem contando histórias que os adultos contam, as histórias que são dessa cosmologia, mitologia indígena, que querendo ou não cada um está ensinando ali essa tradição cultural, o modo de conversar, de ensinar as lidas de uma aldeia, ou de uma cidade, de uma caça, de uma pesca.

Tem uma história que minha mãe contava quando eu era criança e eu achava muito engraçada. Ela contava a história de que as mulheres cuidavam do peixe, limpavam o peixe quando os homens voltavam da pescaria, de que era divididos as funções nessa comunidade, na família dela. Tinham os homens com essa função de buscar o peixe e as mulheres de limpar; E ela falava que uma das mulheres se negou a limpar e disse que não gostava de comer o peixe e foi embora. As outras mulheres continuaram limpando e quando aprontou a comida todo mundo comeu e a outra mulher que não estava junto ficou sem comer, e ficou triste, começou a chorar porque não tinham chamado ela. Essas histórias, por exemplo, é o que nos ensina que cada um vai ter uma função, de que as crianças desde pequenas vão para floresta junto. Eu aprendi sobre a roça ainda criança.

Os adultos muito ensinam para gente, sobre todo o mal que existe, as lutas nos ensinam a sobreviver, a viver nesse mundo que foi imposto há 520 anos. Minha mãe me preparou para estar nesse mundo, e hoje tudo que eu faço enquanto educadora, enquanto arte, enquanto audiovisual, que são as três áreas que eu mais trabalho, vejo que foi a minha mãe que me preparou, apesar dessa falta de diploma que é o que a sociedade exige.

Tem uma desesperança, até pelo governo que temos hoje, pessoas achando

que essa sociedade não vai conseguir fazer a resistência, não vai conseguir ultrapassar isso. Eu vejo que a nossa resistência tem 520 anos, através da resistência de pessoas simples, de pessoas que vivem a sua cultura e que só tem a ensinar, apesar da violência.

P - Em muitas das entrevistas que fizemos em março, a questão da violência contra a mulher é um tópico que atravessa a todas. Como é isso dentro das aldeias?

R - Essa violência contra mulheres não tem muitas diferenças. A influência da cultura não indígena reflete da mesma forma para a cultura indígena, dessa violência que muitas vezes é velada, influenciada e que muitas vezes é tabu ainda se falar sobre isso.

Estão sendo feitas poucas coisas. Sabemos que a violência existe, não vou mentir, dizer que não, que estamos ótimos, que está maravilhosa a convivência, que não existem essas violências internas no núcleo familiar, por exemplo. É triste ver que no patriarcado a mulher tem que sofrer tudo isso, a mulher indígena tem que sofrer, de abuso sexual. As mulheres indígenas antes desse núcleo familiar, de violência doméstica tem essa conseqüente violência, no tráfico humano, são alvos, são vulneráveis à prostituição. O Amazonas é um dos estados que têm maiores índices de tráfico humano e as mulheres indígenas são alvo desse tráfico, dessa prostituição.

Tem a questão da violência sexual, dos estupros, eu não tenho os dados sobre isso, mas não é difícil conhecermos alguém que tenha passado por isso. Eu, por exemplo, conheço mulheres indígenas em contexto urbano que foram abusadas, violentadas na rua. Eu tenho medo de sofrer, assim como outras mulheres que eu conheço, que estão na Universidade, que estão trabalhando na cidade e que são alvos dessas violências. Eu não estou isenta disso, dessas estatísticas, e de ver que desses dois anos para cá só aumentou os índices de violência contra a mulher, contra as mulheres no geral e conseqüentemente com as indígenas também.

E dentro do núcleo familiar vemos que tem essas violências por parte dos cônjuges. E as que não denunciam continuam sofrendo em casa. As que denunciam estão sendo amparadas pela sociedade civil, existem ONGs. Aqui em Porto Alegre tem a casa Mirabal que já acolheu mulheres indígenas nesse contexto de violência doméstica. E tem grupos indígenas no Brasil, por exemplo, em aldeias do Nordeste tem grupos que fazem essa pesquisa, levantam esses dados e fazem estratégia, grupos de mulheres para discutir sobre a violência doméstica, de não aceitar essa realidade, de não normalizar a violência doméstica em territórios indígenas. E isso também é muito importante enquanto diálogo

com as próprias lideranças nos territórios.

O que falta são essas estratégias de levantamento de dados, esses grupos de apoio que as aldeias precisam também com as mulheres.

P - Essa questão do estupro que tu falas, da prostituição, existe um fetiche do homem branco com a mulher indígena? Tu achas que isso ainda é forte na sociedade?

R - É forte, o assédio também. Eu também já me senti assediada na Universidade por colegas, principalmente, que fazem menção às minhas características, a minha identidade indígena. E esse desrespeito aquilo que é o meu corpo, comentários relacionados ao meu corpo e a minha identidade indígena. Isso é forte na sociedade, de falar de mulheres a partir das características físicas e de identidade de mulheres, sejam elas negras, brancas, indígenas.

Eu vejo que essa hipersexualização é muito forte aqui no Carnaval. Tivemos essa discussão até mesmo pela questão da fantasia da Alessandra Negrini, mas eu acho que teve outros casos, a Portela, por exemplo, usou da identidade indígena, da cultura indígena enquanto pano de fundo para o enredo, para as fantasias e as mulheres apareciam super hipersexualizadas. Isso reforça essa ideia, esse imaginário, muitas vezes as pessoas podem até não falar, mas vão direcionar esse olhar para isso. Vai aumentar o assédio, legitimar esse assédio, legitimar a violência sexual que nos coloca em vulnerabilidade, que nos coloca como alvo desse tipo de violência.

P - Essa é outra questão, a da sexualidade. A relação com o corpo para o indígena é diferente né? O corpo não é um objeto sexual, tu estar nu não quer dizer estar disponível para o outro...

R - Hoje em dia já não são tantos grupos que vivem nus, por exemplo, aquele estereótipo de andar pelado, porque a própria colonização nos vestiu. Trechos de carta, logo na chegada da invasão portuguesa que dizem que a gente não escondia as nossas vergonhas e que para a Igreja Católica colonizadora os nossos corpos eram o pecado. A Eliane Potiguara no livro “Metade Cara, Metade Máscara” fala sobre isso, de como esses corpos das mulheres indígenas eram enxergados. Falar dos corpos indígenas é falar da história do Brasil, dos corpos das mulheres no Brasil e da miscigenação, que é falado como uma coisa até romantizada. Assim como temos os estupros hoje, imagina naquele tempo, da chegada de invasão portuguesa e da colonização, de quanto as mulheres foram violentadas, e a própria Eliane conta que nessa chegada dos padres, viam as mulheres indígenas, ao mesmo tempo que chamaram nosso corpo de vergonha, dessa nudez, tinha-se a imagem do indígena inocente e ingênuo, das mulheres indígenas enquanto ingênuas também.



Foto: Fabiana Reinholz

assassinato, de violências sexuais, foi um assassinato até mesmo por essas doenças que vieram junto com eles. O próprio Ailton Krenak conta que nos primeiros anos deles aqui vieram podres de doente, passaram meses viajando no mar e quando chegaram estavam doentes e que precisavam de tratamento, e que os povos indígenas acolheram e cuidaram deles.

Fala-se, na história, por exemplo, que foram trazidas prostitutas de Portugal para que ensinassem para as mulheres aqui do Brasil, esse jeito mais pecaminoso de lidar com o corpo. E nisso de tanta prostituição dos corpos ali com os portugueses e espanhóis, temos a ideia de como cresceu as doenças, que hoje chamamos de infecções sexualmente transmissíveis, além desses abusos, da violência sexual, as doenças que consequentemente apareceram com isso. Porque foi o contato das pessoas, das sociedades indígenas com a sociedade colonizadora, morríamos de uma simples gripe. Esse contato primeiramente independente de